

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Horn.

CONTRATADA: HUNER TI COLABORATIVA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 17.648.612/0001-98, estabelecida à Rua Farrapos, nº 555, Sala 01, Bairro Centro, Pato Branco/PR, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Tiago Lazarotto, portador do RG nº 10.419.189-4 SSP/PR e CPF nº 068.988.439-74.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para implementação de melhorias da estrutura Web Site do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1. Objetivando cumprir plenamente a Lei de acesso à informação, a qual preza pela facilidade de acesso, objetividade e clareza nas informações prestadas pelos órgãos públicos, sendo, através de ferramentas fiscalizadoras disponibilizadas na internet, como Web sites e portais de transparências, o meio mais dinâmico;

2.2. Atualmente este CONIMS já possui web site desenvolvido pela empresa Huner Ti Colaborativa Ltda., realizado por meio do Contrato nº 153/2018, oriundo do Processo 062/2018 – Dispensa de Licitação nº 006/2018, o qual necessita de ajustes;

2.3. A transformação digital proporciona maior facilidade no acesso às informações devido a sua constante atualização;

2.4. Considerando a resolução nº 120/2021 deste CONIMS, datada de 23/06/2021, que trata sobre a implantação e tramitação de processos administrativos por meio eletrônico no âmbito do Setor de Licitação e Contratos, substituindo o papel pelo meio digital;

2.5. Diante do citado, necessita-se a implantação de melhorias nas ferramentas do Web site que possibilitem agilidade, clareza e melhor qualidade aos serviços prestados e redução de custos operacionais;

2.6. Justifica-se a inexigibilidade, pela inviabilidade de competição, prevista no art. 25, da Lei nº 8.666/93, pela inexistência de concorrência, já que a contratada é criadora e detentora do Web site, com acesso ao banco de dados e sua estrutura a fim de realizar as melhorias necessárias.

3. DESCRIÇÃO DAS MELHORIAS

3.1. Considerando a necessidade de atualização do site do CONIMS, a contratada deverá desenvolver/criar/atualizar/implementar os seguintes tópicos:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Acesso ao Menu "Administrativo" para o usuário licitacao@conims.com.br ;
2	Enviar notificação de documentos disponíveis por e-mail para pessoas físicas/jurídicas;
3	Filtrar documentos conforme o escopo de usuários na tela de cadastro de documentos;
4	Criar um menu "Documentos -> Relatório de Downloads" e tela do filtro para o relatório de Downloads;
5	Adicionar um novo campo "Processo/Ano" no envio de arquivos de documentos do tipo "Processo Administrativo" no backend;
6	Adicionar uma nova coluna para mostrar o "Processo/Ano" para o usuário no frontend;
7	Adicionar ferramenta de acessibilidade com aumento do tamanho de fonte na página;
8	Criar filtro de Processo/Ano E Remover Obrigatoriedade de Mês E Ano no filtro do Relatório de documentos;
9	Aumentar o Limite de Upload de Anexos;
10	Criar cadastro de Processo de Seleção;
11	Criar cadastro de Locais de Locação;
12	Criar cadastro de Vagas;
13	Criar relatório de Inscritos;
14	Criar Tela de Listagem de Processos de Seleção;
15	Criar Tela de Login da Ficha de Inscrição (com recuperação de senha);
16	Criar Tela de Cadastro de Novos Inscritos;
17	Criar Tela de Inscrição;

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de melhorias, criação, implementação, atualização e demais, deverão obedecer a todas as normas técnicas e exigências inerentes aos mesmos;

4.2. A contratada é responsável pela instalação, configuração, ajuste e teste dos serviços.

4.3. As despesas relativas à instalação e treinamento bem como todos os impostos, taxas e demais despesas correrão por conta exclusiva da contratada;

4.4. A instalação do serviço e o seu total funcionamento não poderão ultrapassar o prazo máximo de 95 (noventa e cinco) dias úteis, posterior a assinatura do contrato; podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade deste CONIMS;

4.5. Todos os serviços serão fiscalizados, e se apresentarem qualquer irregularidade deverão ser ajustados imediatamente, sem prejuízo para a Administração.

4.6. Ocorrendo divergências entre o serviço solicitado e o entregue, a contratada terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a notificação, para sanar as irregularidades.

4.7. Prestar assistência técnica durante toda a vigência contratual, disponibilizando o atendimento quando solicitado, nos prazos estabelecidos, sem qualquer ônus para a contratante.

4.8. A contratada deverá, sem ônus adicional para a contratante, fornecer novas versões de solução que forem lançadas para correção de falhas na aplicação ou atualizações.

4.9. O recebimento definitivo se dará após conclusão da implementação das melhorias solicitadas. Entende-se por implementação, o momento em que o serviço contratado for entregue finalizado em seu perfeito funcionamento e em conformidade com o exigido em termo de referência/contrato e atestado pelo responsável do setor de Tecnologia da Informação deste CONIMS;

4.10. O recebimento definitivo/implementação não isenta a contratada de suas responsabilidades assumidas por meio desta inexigibilidade de licitação.

5. QUALIDADE

5.1. A contratada garante qualidade em todo objeto do presente instrumento, valendo esta cláusula como certificado, a qual poderá ser invocada a qualquer tempo, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

6. GARANTIA

6.1. A contratada deverá oferecer garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.

6.2. Caso as melhorias/implementações não atendam perfeitamente suas finalidades ou apresentem erros/falhas, a contratada deverá refazê-las sem gerar nenhum ônus ao CONIMS.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

7.1.1. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à

execução do contrato.

7.2.1. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados dentro das condições estabelecidas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entregar o objeto do Processo/Contrato no prazo e forma ajustado;

8.2. Realizar o serviço de acordo com as especificações e determinações constantes neste termo de referência, responsabilizando-se inteiramente pela existência de falhas, erros de execução ou inadequação dos serviços.

8.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente processo.

8.4. Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, em todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação e constante de sua proposta;

8.5. Comunicar imediatamente à contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

8.6. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela contratante quanto a execução deste contrato.

8.6.1. O prazo para as correções e substituições será estabelecido pela administração e será razoável ao atendimento do contratado.

8.7. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.8. Comunicar a contratante as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

8.9. Observar as exigências de segurança no tratamento dos dados a que tiver acesso, nele considerada toda operação realizada com envolvimento a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, no âmbito do objeto deste Instrumento, na forma da Lei Geral de Proteção de dados, ficando expressamente vedado o uso dos dados para fins diversos.

9. REAJUSTES

9.1. Os preços contratados não sofrerão reajustes.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente processo correrão por conta das dotações orçamentárias prevista sob código nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.40.00.00.00.00– Fontes 000 e 076.

11. EMISSÃO DA NOTA FISCAL

11.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida no mesmo CNPJ contratado ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

11.2. A Nota Fiscal deverá apresentar:

- a) A modalidade e o número da licitação;
- b) Número da Solicitação de Fornecimento;
- c) A descrição do serviço contratado;
- d) Banco, agência e conta corrente no mesmo CNPJ registrado.

11.3. Quando da emissão da Nota Fiscal, a mesma deverá ser enviada ao e-mail: contabilidade@conims.com.br.

11.4. As retenções, iniciativas e encargos do cálculo da nota fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

11.5. Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

12. VENCIMENTO E PAGAMENTO

12.1. A Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 21.550,75 (vinte e um mil e quinhentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos.) Sendo:

12.1.1. 50% (cinquenta por cento), que será pago em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato;

12.1.2. 50% (cinquenta por cento) que será pago em até 15 dias úteis após a entrega da implementação, recebimento definitivo conforme item 4.9;

12.1.3. O pagamento ocorrerá em moeda corrente nacional, na conta corrente PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

12.2. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado, já inclusas as despesas com material, instalação e ajustes para o perfeito funcionamento.

12.3. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar, bem como ainda, a apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS.

12.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante

aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.5. A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

13. VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência do contrato de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantido os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

14. PENALIDADES

14.1. Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

14.1.1. Advertência.

14.1.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

14.1.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

14.1.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

14.1.2.3. Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

14.1.2.4. Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15. RESCISÃO

15.1. O CONIMS considerará rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

15.1.1. Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Termo de Referência, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba ao contratado direito a qualquer indenização.

15.1.2. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

15.1.3. Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

15.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

15.1.5. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

15.1.6. Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

15.2. A rescisão contratual pode ser:

15.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

15.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

16. VÍNCULO

16.1. O contrato é intransferível, não podendo a contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas no item 14 e seus subitens.

17. AÇÕES JUDICIAIS

17.1. Qualquer ação judicial contra a CONTRATANTE oriunda de serviços prestados pela

CONTRATADA, ou mesmo que venha a CONTRATANTE compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à CONTRATANTE todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

18. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Após homologado o processo, será emitido o contrato correspondente, tendo como base este termo.

Pato Branco/PR, 10 de dezembro de 2021.

SAMIR RODRIGO KALINOSKI
COORDENADOR DE COMPRAS E MANUTENÇÃO